

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.086 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2000

## Operações de crédito beneficiam cinco estados e cinco municípios

O Plenário do Senado autorizou ontem operações de crédito em favor de cinco estados e cinco municípios. Santa Catarina e Alagoas poderão assinar contratos de renegociação de dívidas resultantes de emissão de títulos para pagamento de precatórios judiciais. Campinas, Osasco e Guarulhos (SP) receberam autorizações semelhantes. As outras operações beneficiam Goiás, Paraíba e Piauí, além dos municípios de São Gabriel (RS) e Uiratã (PR).

PÁGINAS 3 A 5

### MP DO MÍNIMO

#### EMENDA PERMITE NOVO REAJUSTE JÁ NO COMEÇO DE 2001

PÁGINA 7



Deputado Medeiros (E), autor da emenda, defende proposta durante reunião presidida por Iris Rezende (C)

### MP DOS BINGOS

#### PROPOSTA PRORROGA FUNCIONAMENTO ATÉ 31 DE DEZEMBRO

PÁGINA 7



Maguito Vilela, relator da MP, atendeu a apelo para não prejudicar a ida dos atletas às Olimpíadas de Sydney

Senadores Bello Parga e Ney Suassuna, presidente da CAE, observam o depoimento de Armínio Fraga sobre os juros



### FRAGA DIZ NA CAE QUE GOVERNO PENSA EM REDUZIR AINDA MAIS OS JUROS PARA A PESSOA FÍSICA

PÁGINA 6

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, esteve ontem de manhã com o senador Antonio Carlos Magalhães, apelando para que o Congresso Nacional vote urgentemente a emenda constitucional que disciplina a edição e reedição de medidas provisórias pelo governo.

Página 2



# OAB pede a ACM regulamentação urgente das MPs

Presidente da Ordem diz que classe jurídica está impaciente com "abuso do Executivo"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem apelo do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro, para que o Congresso Nacional conclua com urgência a apreciação da emenda constitucional que disciplina a edição e reedição de medidas provisórias pelo governo.

De acordo com o presidente da OAB, "a classe jurídica já está impaciente com o abuso do Executivo na edição de MPs". Castro transmitiu ao senador o alerta da entidade para o risco de problemas jurídicos decorrentes de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem julgado inconstitu-

cionais diversas medidas provisórias em vigor. Ele lembrou que a própria OAB já apresentou ao STF diversas ações diretas de Inconstitucionalidade (Adins) contestando MPs editadas pelo governo.

Antonio Carlos disse ao presidente da OAB concordar com as preocupações dos advogados brasileiros quanto à urgente necessidade de regulamentar a edição de medidas provisórias e disciplinar suas reedições. O senador prometeu transmitir ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a preocupação da classe jurídica, bem como fazer apelo no sentido da rápida regulamentação da matéria.

## Nova emenda do mínimo desagradou senador

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou insatisfatória a emenda proposta pelo deputado Luiz Antonio Medeiros que estabelece a possibilidade, a partir de janeiro do próximo ano, de um reajuste do salário mínimo, hoje fixado em R\$ 151. "Não era o que eu queria", disse o senador.

Ao longo de todas as negociações para fixar o novo valor do salário mínimo neste ano, Antonio Carlos defendeu um reajuste para elevar o piso ao equivalente a US\$ 100 (cerca de R\$ 177).

A emenda de Medeiros foi aprovada ontem pela Comissão Mista que examina a MP que fixou o salário mínimo em R\$ 151. A emenda acolhida facultou a revisão do valor do mínimo antes de um ano de vi-

gência do montante estabelecido pelo governo na MP. Mas subordinou esse reajuste, a partir de janeiro de 2001, ao respeito das metas de ajuste fiscal e à existência de recursos orçamentários, já calculados sobre o orçamento do próximo ano.

O senador lembrou que, na condição de presidente do Congresso, na sessão conjunta que votará a matéria, não deverá se manifestar a respeito do assunto. Sobre a possibilidade de o PFL apoiar a proposta de Medeiros, preferiu não se manifestar sobre o mérito da iniciativa: "Vamos esperar até o dia 10, quando a sessão do Congresso vai apreciar a MP do mínimo".

• Leia mais sobre este assunto na página 7.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2000

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 620/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e TV Câmara; PDL nº 114/99, que renova a concessão da Fundação Radiodifusora OT de Congonhas (MG); PDL nº 191/99, que renova a concessão da Rádio Difusora OM de Catanduva (SP); e PDL nº 207/99, que renova a concessão da Fundação Sagrado Coração de Jesus OM de União da Vitória (PR).

Quarta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: tramitação conjunta das PECs nº 67/99 (votação nominal), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e nº 96/99 (votação nominal), que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PDL nº 115/99, que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro OM de Socorro (SP); PDL nº 146/99, que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro OM de Monte Alegre (MG); PDL nº 222/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa OM de Francisco Beltrão (PR); e Requerimento nº 208/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 160/98 e 99/2000, por regulamentar a mesma matéria.

19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação da MP sobre o salário mínimo

Quinta-feira  
10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PDL nº 64/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Clube FM de Mococa (SP); PDL nº 103/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Patrocínio (MG); PDL nº 209/99, que renova a concessão da Rádio Difusora OM de Pirassununga (SP); e Requerimento nº 209/2000, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 2 e 21, de 2000, por regulamentar a mesma matéria.

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 99/2000, que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/segunda fase; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; PLS nº 454/99, revoga a alínea "d" do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema de Integração de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda; PLS nº 592/99, que determina que as seguradoras indenizem os proprietários de veículos automotores, no caso de perda total ou de roubo ou furto total do bem, pela importância segurada constante da apólice contratada; PLS nº 11/99, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o artigo 21, XIX, da Constituição federal, com a redação que foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998; PLS nº 28/99, que regulamenta o disposto no inciso XIV, artigo 21, da Constituição federal,

que institui o fundo próprio para a Assistência Financeira do Distrito Federal; PLS nº 37/2000, que altera a Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecadado pelas seguradoras e a orientação ao seguro e vítimas de trânsito; PLS nº 100/99, altera o Decreto-Lei nº 791/69, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; e PLS nº 564/99, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação.

17h — Audiência pública com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o diretor da instituição, Carlos Eduardo de Freitas, sobre as causas dos prejuízos que o BC vem apresentando nos últimos anos; os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional; a Cédula de Crédito Bancário, e a provável responsabilidade do BC no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia no período de regime de administração especial temporária, em decorrência da aprovação dos requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Emandes Amorim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

14h — Comissão Mista dos Bingos  
Pauta: votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira  
9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 554/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde; PLC nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, e disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; PLS nº 557/99, que dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema; PLS nº 643/99, que modifica a Lei nº 6.615/78, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista; e PLS nºs 526 e 538, de 1999, que altera a Lei nº 7.802/99, que dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, destino, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; altera os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PEC nº 86/99, que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; tramitação conjunta dos PLSs nº 88/99, altera dispositivos das leis nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições e 4.737/65, que institui o Código Eleitoral e nº 300/99, que altera a Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional; e PLS nº 28/2000, que acrescenta parágrafo 3º-A ao artigo 36 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, e revoga os artigos 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 3*

### ESPECIAL

Quarta-feira  
12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto. *Auditoria Patrônio Portella*

## Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Senado autoriza operações de crédito para cinco estados e cinco municípios

Autorizações contemplam refinanciamento de dívidas e recursos novos para investimentos em agência de fomento e obras de infra-estrutura urbana

O Senado aprovou ontem autorizações para que os estados de Goiás, Paraíba e Piauí, além dos municípios de São Gabriel (RS) e Uiratã (PR), realizem operações de crédito junto à União, no valor total de R\$ 98,1 milhões. Os estados de Santa Catarina e Alagoas e os municípios de Campinas, Osasco e Guarulhos, em São Paulo, poderão refinar títulos emitidos para o pagamento de precatórios judiciais. Todas as matérias vão à promulgação.

Com a aprovação, o estado de Goiás poderá contratar empréstimo junto à União no valor total de R\$ 72,1 milhões. Os recursos destinam-se à criação de uma agência de fomento, que vai custar R\$ 60 milhões, e ao financiamento



Senadores discutem em plenário as condições para a renegociação das dívidas

parcial do programa estadual de demissões voluntárias, no valor de R\$ 12,1 milhões, este junto à Caixa Econômica Federal.

A Paraíba poderá refinar a dívida que tem junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 108,9 milhões. Os senadores do PT e do PPS votaram contra. Já o Piauí foi autorizado a contratar operação

de crédito no valor de R\$ 4 milhões destinado à capitalização da sua agência de fomento.

Os senadores também decidiram que o município de São Gabriel (RS) poderá contratar operação de crédito no valor de R\$ 21,1 milhões junto ao Banrisul para construir obras de infra-estrutura urbana.



Osmar citou casos de antecipações que vêm sendo feitas por diversos estados

## Osmar quer ação da CAE nas antecipações orçamentárias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) cobrou da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) uma manifestação sobre as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) que vêm sendo feitas pelos estados, principalmente envolvendo *royalties*. Osmar lembrou afirmação feita à CAE pelo diretor de Finanças e Regimes Especiais do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, segundo a qual operações desse tipo devem ser submetidas à autorização do Senado. "Tudo vai ser aprovado e a Resolução 78/98 não vai mais ser respeitada?", questionou o senador, referindo-se à antecipação dos *royalties* da hidrelétrica de Itaipu, que está sendo preparada pelo governo do Paraná junto a bancos privados.

Antecipação de Receitas Orçamentárias é um tipo de empréstimo que estados e municípios tomam no sistema bancário, a juros de mercado, oferecendo como garantias receitas futuras. Este tipo de operação tem que ser, obrigatoriamente, submetido a autorização prévia da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), admitiu que Osmar Dias tem razão. Ele se solidarizou com a indignação do colega paranaense, e garantiu que irá cobrar uma atitude do BC em relação à operação no Paraná que envolve a Hidrelétrica de Itaipu.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ter a impressão de que a CAE "esqueceu-se" de que operações desse tipo deveriam ser autorizadas pelo Senado. Dutra denunciou que o governador de Sergipe, Albano Franco, está preparando a antecipação dos créditos de *royalties* pelo petróleo produzido no estado.

## Iris Rezende defende federalização de dívida de Goiás

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu a autorização para aumento de R\$ 12,1 milhões no valor do contrato que federalizou as dívidas de Goiás. Iris responsabilizou a política de altos juros do governo federal pela situação precária das finanças do estado, pois segundo ele, a dívida remonta à década de 60:

— Ninguém realizou tanto quanto eu na chefia do governo de Goiás, que ocupei por duas vezes, e aumentei a dívida do estado em ape-

nas R\$ 300 milhões. Hoje, a dívida está calculada em cerca de R\$ 5 bilhões. Por que esse débito tão elevado? — questionou Iris.

O senador sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso impeça, por 20 anos, que qualquer governador de estado assumira "sequer um centavo de dívida". Assim, continuou, "iniciaria-



Iris culpou política de juros altos do governo federal pela dívida

mos novos tempos na administração do país".

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), disse que admite que Goiás teve suas dívidas renegociadas em condições desfavoráveis em relação a outros estados que implantaram programas de demissões voluntárias. Mas anunciou que é pessoalmente contra a resolução

que favorece o estado, pois acha que não há controle sobre as dívidas que estão sendo repassadas aos cidadãos.

Para o senador Lauro Campos (PT-DF), o comprometimento de 13% das finanças estaduais e municipais para pagamento de dívidas torna praticamente impossível a administração. "Nem antes, com 100% das receitas disponíveis, era possível administrar. Com apenas 87%, então, a impossibilidade é total", disse o senador.

## Oposição critica privilégios dados à capital de São Paulo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou, durante a discussão sobre a renegociação da dívida de Goiás, que antes mesmo de ser votada a Lei de Responsabilidade Fiscal já estava sendo negociada a rolagem da dívida dos estados e municípios. Ele voltou a criticar o que considera privilégios concedidos ao município de São Paulo.

Também considerando que a aprovação da rolagem da dívida do município de São Paulo gerou injustiças, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que a capital paulista, em vez de sobrecarregar a União, deveria resolver seus problemas com recursos próprios, porque é a mais rica e importante

cidade do país.

Hartung salientou que seu partido optou por não obstruir a votação, mas lamentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal estivesse sendo sancionada "já capenga, sem força e sem prestígio, tendo, logo em seguida, que ser submetida a alguma subcomissão para ser modificada".

— Os governos deveriam aprender um pouco de economia familiar — afirmou o senador.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse concordar com a afirmação do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, de que estava faltando no país uma lei que coloque na cadeia

quem desperdiça recurso público:

— O ministro Pedro Malan estaria na cadeia. Ele assinou a antecipação de R\$ 3 bilhões ao estado do Paraná, referentes aos *royalties* de Itaipu — disse o senador, lembrando que a antecipação alcança o valor que seria pago em 20 anos, tempo que abrangerá cinco governos, o que, em sua opinião, contraria toda a lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requião acusou ainda a Rede Globo de apresentar em seus telejornais uma versão distorcida da aprovação, pelo Senado, da rolagem das dívidas de estados e municípios. Para ele, a emissora tem ignorado as ações do presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da renegociação e lançado sobre o Senado a inteira responsabilidade sobre o tema, sem mencionar os votos contrários da oposição.

Referindo-se à prefeitura de Campinas, Requião afirmou que o governo tem apresentado um tratamento diferenciado, apesar dos fortes indícios de corrupção. Segundo o senador, o prefeito Edivaldo Orsi conseguiu para seu apadrinhado Geraldo Biazoto, condenado a devolver R\$ 74 milhões aos cofres públicos, uma diretoria do Ministério da Saúde:

— Fernando Henrique tem agido como um somozista: aos amigos, tudo; aos indiferentes, justiça; aos inimigos, chumbo — afirmou Requião, que ainda sugeriu que o prefeito Celso Pitta também goza da amizade do Planalto, ou detém informações privilegiadas que o permitem chantagear o governo a fim de conseguir aprovar a rolagem da dívida do município de São Paulo.

## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Autorizado refinanciamento para SC e AL

O Senado autorizou o refinanciamento das dívidas dos estados de Santa Catarina e Alagoas e dos municípios de Campinas, Osasco e Guarulhos, todos em São Paulo.

Projeto de resolução aprovado ontem permitirá ao governo catarinense refinar, por até dez anos, R\$ 581,67 milhões em títulos públicos. Casildo Maldaner (PMDB-SC), apesar de votar a favor do empréstimo, criticou o prazo concedido a Santa Catarina, em comparação ao período estabelecido para a prefeitura de São Paulo, 30 anos.

— É uma autêntica discriminação contra Santa Catarina, que terá, a partir de agora, que se submeter a uma camisa-de-força para pagar o empréstimo — disse.

José Alencar (PMDB-MG) apresentou argumento contrário, alegando ser irrelevante o prazo, uma vez que estados e municípios terão



Maldaner criticou o prazo dado a São Paulo, que Alencar defendeu, enquanto Althoff relatou favoravelmente o refinanciamento de Alagoas

os seus comprometimentos orçamentários embasados em suas respectivas receitas líquidas.

Com os votos contrários da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e da bancada do PPS, foi aprovado ainda o refinanciamento pela União dos títulos públicos emitidos pelo município de Campinas (SP), no valor de R\$ 137,8 milhões. O prazo de refinanciamento será de dez anos e só serão incluídos os títulos que se en-

contravam em poder de terceiros em 31 de dezembro de 1998.

Regras semelhantes se aplicarão às prefeituras de Osasco e Guarulhos, que tiveram renegociadas suas dívidas, no valor de R\$ 193 milhões e R\$ 31,7 milhões, respectivamente.

## ALAGOAS

O estado de Alagoas foi autorizado a emitir títulos no valor de R\$ 807 milhões, a fim de refinar outros emitidos após 13 de dezem-

bro de 1995, usados para pagar precatórios, que estavam em poder de terceiros até dezembro de 1998. O parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) foi favorável, seguindo orientação do Banco Central.

Foi aprovada emenda do senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) que permite acordos entre as partes que desonerem Alagoas do pagamento dos honorários advocatícios dos credores, quando a decisão da Justiça for desfavorável ao estado.

José Eduardo Dutra (PT-SE) votou contra a emenda, que, para ele, privilegia Alagoas em relação a outros estados e municípios. Heloísa Helena explicou seu voto contrário à rolagem dos precatórios, que atribuiu à corrupção que teria cercado o processo, incluindo fraude de documentos, “pagamento de usineiros e uma verdadeira festa com dinheiro público”.



Freire: foi “abuso” refinar as dívidas de quem se envolveu no escândalo dos precatórios

## Freire aponta contradições do governo na renegociação

O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou contraditórias as atitudes do governo durante os debates no Senado sobre a emissão irregular de títulos públicos para o pagamento de precatórios judiciais. Ele classificou como “abuso” a renegociação das dívidas de estados e municípios envolvidos nos escândalos apurados pela CPI dos Precatórios.

Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o estado de Santa Catarina será prejudicado em relação ao município de São Paulo, que teve a rolagem de sua dívida aprovada na terça-feira.

— Se há erros em São Paulo, não podemos, por isonomia, transferir os erros para os outros estados. O povo de Santa Catarina irá entender — afirmou Freire.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou o comportamento do governo federal, que desrespeita tópicos da Resolução 78 do Senado Federal quando lhe é conveniente e os utiliza quando quer impor sua vontade.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ser contrário à emenda de Casildo Maldaner que prorroga o pagamento da dívida de Santa Catarina por 30 anos, como aconteceu com o município de São Paulo. Para Jucá, a situação da dívida da prefeitura paulistana foi bastante discutida, mas as questões específicas foram explicitadas e o relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi aprovado.

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2000

**1**

Projeto de Resolução nº 38, de 2000. CAE. Altera a Resolução nº 67, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal, a fim de elevar em R\$ 12.100.569,02 o valor do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado entre a União e o estado de Goiás.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**2**

Projeto de Resolução nº 39, de 2000. CAE. Autoriza o município de São Gabriel (RS) a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes), administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul), no valor de R\$ 2.100.000,00, a preços de setembro de 1999, destinada a obras de infra-estrutura urbana.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**3**

Projeto de Resolução nº 40, de 2000. CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito, no valor equivalente a R\$ 60.000.000,00 entre o Brasil e o estado de Goiás.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**4**

Projeto de Resolução nº 41, de 2000. CAE. Autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União e o estado do Piauí, em 19.04.2000, com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**5**

Projeto de Resolução nº 42, de 2000. CAE. Autoriza o município de Ubitatã (PR), a contratar operação de crédito interno, junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano, no valor de R\$ 900.000,00, destinados à realização de investimentos em infra-estrutura urbana.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**6**

Projeto de Resolução nº 43, de 2000. CAE. Autoriza o governo do estado de Alagoas a celebrar operação de crédito com a União e o Banco do Estado de Alagoas S/A (Produban), em liquidação extrajudicial, com a intervenção da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no valor de R\$ 427.250.000,00, a preços de 30 de abril de 1998, visando a extinção do Produban e a criação de agência de fomento naquele estado.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**7**

Projeto de Resolução nº 44, de 2000. CAE. Autoriza a União e o estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida correspondente a R\$ 108.932.281,63, relativa ao reconhecimento de dívida da Paraíba junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**8**

Projeto de Resolução nº 45, de 2000. CAE. Autoriza o município de Campinas (SP) a realizar operação de crédito, visando o refinanciamento, pela União, dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 137.888.882,76, posição em 19 de abril de 2000, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000, nos termos do art. 12 a Resolução nº 78, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**9**

Projeto de Resolução nº 46, de 2000. CAE. Autoriza o município de Osasco (SP) a celebrar operação de crédito de refinanciamento, junto à União, dos títulos da dívida pública emitidos para o pagamento de precatórios judiciais no valor de R\$ 193.005.723,86, a preços de 19 de abril de 2000.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**10**

Projeto de Resolução nº 47, de 2000. CAE. Autoriza a União e o estado de Alagoas a celebrarem, com a intervenção da Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A, Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas.

**Resultado:** Aprovado, com emenda. À promulgação.

**11**

Projeto de Resolução nº 48, de 2000. CAE. Autoriza a prefeitura do município de Guarulhos (SP), a contratar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31.716.322,89, ao amparo da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**12**

Projeto de Resolução nº 49, de 2000. CAE. Autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando o refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581.670.336,12.

**Resultado:** Aprovado, com emenda. À promulgação.

**13**

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1999. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

**Resultado:** Aprovados o projeto e a Emenda nº 1-CE, de redação. À sanção.

**14**

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1999. Renova a concessão da Fundação Radiodifusora OM de Congonhas (MG).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**15**

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Continental FM de Francisco Beltrão (PR).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**16**

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 1999. Renova a concessão da Sociedade Rádio Novo Horizonte OM (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**17**

Requerimento nº 204, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Solicita, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1995, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Resultado:** Aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1995, vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Extinção de banco estadual de Alagoas terá R\$ 427 milhões

O Senado autorizou ontem o estado de Alagoas a realizar operação de crédito com a União no valor de R\$ 427,3 milhões para extinguir o Produban – em liquidação extrajudicial – e criar agência estadual de fomento. A maioria do Plenário acompanhou parecer favorável de Bello Parga (PFL-MA) sob contestação de vários senadores.

Dois dos senadores da bancada do estado – Heloísa Helena (PT) e Renan Calheiros (PMDB) – votaram contra o projeto de resolução, mesmo concordando que o relator, ao aceitar duas emendas, tentou minimizar os efeitos perversos da intervenção federal no banco estadual. Quando o banco sofreu intervenção do Banco Central, segundo a senadora, tinha uma dívida de R\$ 22 milhões. Ela recebeu a solidariedade do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Uma das emendas incorporadas pelo relator determina que a autorização do Senado só terá eficácia se o governo alagoano solicitar ao Ministério Público a apuração da regularidade de todos os atos praticados pelo Banco Central.

Ao afirmar que “Alagoas não pode assumir uma dívida que

não criou”, o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), sugeriu que o Senado e o Banco Central encontrassem uma fórmula que não penalizasse o estado e encaminhou contrariamente à proposta. O Produban não foi o único caso de intervenção federal que resultou em dívidas cumulativas para o respectivo estado, lembrou o senador, citando o Banco de Rondônia (Beron). A seu ver, a legislação vigente sobre o assunto seria clara na determinação de que estados e municípios só teriam responsabilidade sobre tais dívidas até a data da intervenção.

## FIRMEZA

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou a “surpreendentemente firme posição do presidente e líder do PMDB”. Para o senador paranaense,

“não tem cabimento Alagoas contrair dívida que resulta da absurda valorização da dívida do Produban”. O senador também pediu desculpas aos jornalistas Bóris Casoy e Arnaldo Jabor por ter sido duro com eles em determinados momentos da CPI dos Precatórios. “Percebo hoje que enganado estava eu. Relator da CPI, fui progressivamente derrotado”, disse. Requião afirmou sentir-se, no Senado, “dentro de um forno onde se assa a grande pizza que se traduziu nas rolagens de dívidas de estados e municípios que não poderiam ser negociadas”. O pizzaiolo, a seu ver, seria o presidente Fernando Henrique Cardoso, assessorado pelos que, na votação do relatório final da CPI dos Precatórios, registraram votos em separado.



Jader sugeriu que fosse encontrada uma fórmula que não penalizasse Alagoas

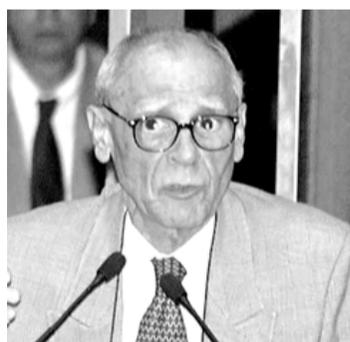


Requião considera “uma grande pizza” a rolagem de dívidas de estados e municípios

## Relator mostra outros números da dívida

Bello Parga recapitulou a tramitação do projeto de resolução para esclarecer que o BC enviou documento formal com detalhamento da composição da dívida, de que os iniciais R\$ 22 milhões se referiam apenas à dívida do Produban com o BC, pois o passivo total do banco seria, inicialmente, de R\$ 116,5 milhões, acrescidos de despesas de captação no período de intervenção, de gastos com o Programa de Demissão Voluntária, com poupança e previsões para garantias prestadas, ações trabalhistas e outros processos.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) avaliou que, de qualquer modo, haveria co-responsabilidade do governo federal na dívida gerada para Alagoas. Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu que, assim



Parga, relator, afirmou que R\$ 22 milhões eram apenas parte da dívida do Produban

como o governo de São Paulo pôde pagar parte de sua dívida com a União repassando bens do patrimônio estadual, uma solução seria Alagoas “simplesmente entregar um açude ou o próprio Produban ao BC”. José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, propôs que a dívida alagoa-

na fosse integrada aos R\$ 13 bilhões de prejuízo do Banco Central, recentemente divulgado.

## ESCÂNDALO

Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem a liquidação dos bancos estaduais é um dos maiores escândalos do país, solidarizou-se com Heloísa Helena, elogiando-a pela coragem e alertando-a para a execração que sofrerá por parte da imprensa alagoana. Osmar Dias (PSDB-PR) também considerou que a senadora “vai sofrer graves conseqüências”. Roberto Saturnino (PSB-RJ), correligionário do governador de Alagoas, declarou-se de acordo com os argumentos contrários ao projeto, mas adiantou que votaria a favor “para não condenar o governador de Alagoas à ingovernabilidade”.



Marina, que foi relatora do projeto, espera que iniciativa reduza abusos contra criança



Camata: data foi escolhida por lembrar o crime hediondo contra a menina Araceli

## Dia nacional combate abuso sexual de criança

O dia 18 de maio será dedicado, em todo o país, ao Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado e que será enviado imediatamente à sanção

presidencial. O Ministério da Justiça ficará encarregado de promover campanhas para reduzir tais crimes.

De autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), o projeto recebeu parecer favorável da relatora na Comissão de Educação, senadora Marina

Silva (PT-AC), que mostrou a importância de se fixar uma data para tratar nacionalmente do assunto.

– Neste dia, campanhas do governo e de outras entidades alertarão os brasileiros para o problema, levando a uma reflexão, o que certamente reduzirá o abuso sexual de crianças e adolescentes. Será um dia em que, esperamos, os meios de comunicação abordarão a questão, alertando a socie-

dade para esta prática criminosa – afirmou Marina Silva.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) observou que a data 18 de maio foi escolhida por representantes de instituições públicas e sociais para lembrar o dia em que

Ministério da Justiça ficará encarregado de promover campanhas para reduzir abusos contra as crianças em todo o país

desapareceu a menina Araceli Cabrera Sanchez, de 8 anos e meio, em Vitória (ES).

O “caso Araceli”, como ficou conhecido, apresenta todos os elementos de um crime sexual hediondo: a menina foi seqüestrada, aprisionada por vários dias, espancada,

torturada, drogada e estuprada. A apuração do crime envolveu falso testemunho, fraude, violência e morte, os acusados não foram punidos e o crime já prescreveu, conforme Gerson Camata. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Paulo Hartung (PPS-ES) também destacaram a importância de se fixar o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças.

## Concessões de emissoras de rádio são renovadas

O Senado aprovou a renovação, por dez anos, da concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Congonhas (MG). O relator na Comissão de Educação, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ofereceu parecer favorável. Outra concessão renovada foi da Sociedade Rádio Novo Horizonte (SP), também por um prazo de dez anos e para operar em onda média. O

parecer favorável na Comissão de Educação foi elaborado pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

Já a Rádio Continental de Francisco Beltrão teve renovada a sua permissão de funcionamento no município de Francisco Beltrão (PR), para operar em frequência modulada (FM). O parecer do relator na Comissão de Educação, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), foi pela aprovação da matéria. As renovações vão agora à promulgação.

# Governo quer juros menores, afirma Fraga

Segundo o presidente do Banco Central, em depoimento prestado ontem à CAE, as taxas para pessoa física, que eram de 100% no início do ano passado, estão hoje em torno de 40%, e novas reduções devem vir progressivamente

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, reconheceu ontem, durante depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que as taxas de juros no Brasil continuam excessivamente altas. O governo entretanto, acrescentou, está atento ao problema e agindo para reduzi-las progressivamente.

— A taxa de juros para pessoa física chegou a atingir os 100% no começo do ano passado e hoje está em cerca de 40%. Isso demonstra que a equipe econômica do governo tem adotado medidas para baixar os juros, que já caíram bastante mas ainda não estão em um patamar satisfatório — afirmou.

Armínio Fraga compareceu à comissão a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se disse “inconformado” com o apoio do governo à prática de juros capitalizados. Ele criticou especificamente a medida provisória que cria a Cédula de Crédito Bancário (CCB).

— A CCB é um embuste, fruto de reivindicação das instituições financeiras para legitimar a capitalização de juros — afirmou Simon, que considerou insatisfatórias as explicações de Fraga sobre o assunto.

Segundo o presidente do BC, o sistema de juros capitalizados é o mesmo adotado para o cálculo dos ganhos da poupança. “Se al-

termos isso agora, iremos criar um novo problema para o sistema”, disse Fraga. “Devemos agir para reduzir o custo do dinheiro, e isso o governo está fazendo”, acrescentou.

Fraga afirmou ainda que a expectativa de crescimento da economia este ano é positiva, com previsão de um índice em torno de 4%. “Nós não temos mais a vulnerabilidade anterior às crises internacionais que levaram à mudança cambial”, argumentou. Além disso, “as exportações estão reagindo, os investimentos externos são crescentes e, com a reforma tributária, a redução dos juros será uma consequência natural”, garantiu Armínio Fraga.



As taxas de juros não estão ainda em um patamar satisfatório, segundo Armínio Fraga

## CAE aprova empréstimo para aquisição de equipamentos pela ECT

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, durante a mesma reunião em que ouviu o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, projeto de resolução do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) que autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Com a autorização, a ser ainda apreciada em Plenário, a ECT poderá contratar operação de crédito no valor de DM 37.054.758,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e quatro mil,

setecentos e cinquenta e oito marcos alemães) junto a banco dinamarquês para financiar a compra de novos equipamentos. A proposta faz parte do projeto de automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal.

Dois outros temas pautados para a reunião de ontem não puderam ser debatidos e foram transferidos para a reunião de terça-feira, dia 9, após a Ordem do Dia, segundo informou o

presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Deve ser discutido o requerimento, apresentado pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que questiona o crescente endividamento do Banco do Estado de Rondônia (Beron) após o processo de intervenção pelo Banco Central. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também quer explicações de Fraga sobre os prejuízos que o Banco Central vem apresentando nos últimos anos e conforme os demonstrativos financeiros da instituição.

## Martus Tavares debaterá LDO na Comissão de Orçamento

O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deverá participar na próxima semana de audiência pública sobre o projeto que traz a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2001. O debate, em data a ser ainda definida, será na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, segundo o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente do colegiado. A proposta estabelece normas para a elaboração do Orçamento Geral da União para o próximo ano e deve ser aprovada pelo Congresso até o dia 30 de junho, para que o Legislativo possa entrar em recesso no mês de julho.

A Comissão de Orçamento reúne-se na próxima terça-feira, dia 9, às 18h, para examinar o relatório do deputado Renato Vianna (PMDB-SC) sobre o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. O texto trata também da execução acumulada do PPA no período de 1996 a 1998.



Mestrinho: a data para a vinda do ministro do Planejamento não foi ainda definida

O presidente da comissão elogiou o empenho do deputado na preparação do relatório. “Ele precisou, inclusive, se reunir com vários governadores.” Na terça, ou no máximo na próxima quinta, a comissão vota o relatório, garantiu. De acordo com o senador, a pauta da reunião do dia 9 prevê ainda a votação do requerimento do deputado João Cóser (PT-ES) e o relatório sobre a autorização da execução orçamentária referente à recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande (RS).

## TV Senado Política e muito mais

### Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.



## Regras para bingos poderão ser mantidas até dezembro

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da medida provisória que altera a Lei Pelé, apresentou ontem uma nova versão do projeto de conversão, prorrogando o funcionamento dos bingos nas condições atuais até 31 de dezembro deste ano. O senador decidiu atender apelos dos membros da comissão, a fim de não prejudicar a participação de atletas brasileiros patrocinados por bingos nas Olimpíadas de Sidney, Austrália, em setembro.

Ao mesmo tempo, o relator apresentou requerimento para a formação de comissão mista temporária destinada a elaborar, em dois meses, uma proposta de legislação específica para regulamentar as atividades dos bingos. Ele informou ter mantido contato com diretores da Caixa Econômica Federal que deverão participar da elaboração da lei para os bingos, repassando informações sobre a administração de outros jogos de apostas.

A comissão mista aprovou sugestão do relator para que a votação final do projeto de conversão consolidado seja iniciada na próxima terça-feira, às 14 h. Caso não seja possível, nova reunião já está marcada para a próxima quinta-feira, às 10h. Foi aberto, assim, mais um prazo para apresentação de sugestões e emendas, por escrito, até



Maguito propôs comissão mista temporária para estudar nova legislação sobre os bingos

às 18h de segunda-feira.

A nova versão do relatório de Maguito Vilela permite que uma mesma empresa patrocine as camisas ou forme parcerias para exploração comercial de marcas de mais de um clube de futebol profissional. Fica proibido somente que uma empresa assuma o controle acionário de mais de um clube. A medida provisória original proibia o patrocínio múltiplo e até a parceria com mais de um clube para exploração comercial de marca.

O novo relatório altera a composição das comissões disciplinares dos tribunais de Justiça Desportiva, estabelecendo regras mais rígidas, para vedar indicações políticas de pessoas não qualificadas para a função.

## Comissão admite aumento do mínimo no início de 2001

Com aprovação de relatório, que incorpora emenda prevendo reajuste entre janeiro e abril do próximo ano, Congresso já pode votar MP

A comissão mista responsável pelo exame da medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151 aprovou, ontem, parecer favorável do relator, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), com uma novidade: ele aceitou emenda que permitirá novo reajuste do mínimo entre janeiro e abril do ano que vem, em vez do tradicional 1º de maio. A emenda foi apresentada pelo deputado Luís Antônio Medeiros (PFL-SP).

Com a aprovação do relatório, a medida provisória já está em condições de ser votada pelo Plenário do Congresso Nacional na sessão convocada para quarta-feira pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

A emenda aprovada pela comissão, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), estabelece algumas condições para o caso de o governo antecipar o reajuste do mínimo. O Executivo terá de identificar as fontes de receita para bancar a antecipação, ou indicará cortes no Orçamento.

Durante os debates, o deputado Paulo Paim (PT-RS) criticou a emenda aceita pelo relator, por não garantir "nem um centavo de aumento" aos trabalhadores a partir de janeiro. Já o autor da emenda, deputado Luís Antônio Medeiros, argu-



Medeiros, Iris e Monteiro na reunião que aprovou o relatório sobre o mínimo

mentou que sua iniciativa apresentará resultados "a longo prazo".

O relator rejeitou 54 emendas, entre outras razões porque aumentavam o mínimo acima dos R\$ 151, "o que é impossível, pela inexistência de fontes de receitas adicionais permanentes que permitam financiar as novas despesas da União". Entre as emendas rejeitadas, encontra-se uma do PFL, que previa a elevação do mínimo para R\$ 177 em janeiro de 2001.

Muitas emendas rejeitadas estendiam a todas as aposentadorias e outros benefícios pagos pelo INSS o aumento real de 5,08% concedido dia 3 de abril ao salário mínimo. Conforme o deputado Armando Monteiro, caso o Congresso aprovasse um mínimo de R\$

177 e ainda estendesse o aumento a todo aposentado do INSS, o governo teria um gasto anual permanente de R\$ 13 bilhões. Ele lembrou que só o reajuste de R\$ 136 para R\$ 151, como concordou o Executivo, exigirá do governo um gasto, não previsto no Orçamento deste ano, de aproximadamente R\$ 1,45 bilhão.

A reedição da MP do mínimo trouxe algumas mudanças comparando-se com a primeira versão. Ela convalida os efeitos de quatro outras medidas provisórias que elevaram o salário mínimo e benefícios previdenciários nos anos de 96, 97, 98 e 99, as quais não foram votadas pelo Congresso e vinham sendo reeditadas todo mês pelo presidente da República.

## Rolagem de dívidas e distribuição de recursos para irrigação marcaram a semana no Senado

Os trabalhos do Senado, nesta semana, foram marcados pela votação de 14 projetos de resolução permitindo o refinanciamento de dívidas de estados e municípios e da emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pela União para irrigação. O Senado aprovou, ainda, quatro projetos de lei e 16 decretos legislativos.

Por unanimidade, o Plenário aprovou proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), garantindo que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% dos recursos destinados pela União para irrigação, ficando o Cen-

tro-Oeste com 20% desses recursos. O texto altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda será votado em segundo turno.

Depois de quase seis horas de discussão, o Plenário decidiu, por 40 votos a 21, permitir a federalização da dívida de R\$ 10,5 bilhões do município de São Paulo com a União. Ela agora poderá ser paga em até 30 anos, com juros de 9% ao ano, comprometendo até 13% da receita líquida real do município.

O Plenário aprovou, ainda, outros 13 projetos de resolução sobre refinanciamento de dívidas de estados e municípios, sendo cinco desses débitos – de Santa Catarina (R\$ 581 milhões), Alagoas (R\$ 807 milhões), Campinas (R\$

137,8 milhões), Osasco (R\$ 193 milhões) e Guarulhos (R\$ 31,7 milhões) – oriundos da emissão de títulos para o pagamento de precatórios.

Entre os decretos legislativos, foi aprovada a programação monetária para o segundo trimestre de 2000 e renovadas 15 autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio. Foi aprovado ainda projeto do governo determinando que a classificação de vegetais é obrigatória para os produtos destinados à alimentação humana, nas operações de compra e venda realizadas pelo poder público e na importação.

Foi aprovado também substitutivo a projeto da Câmara que fixa o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas em R\$ 1.337,32.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determinando que os trabalhadores da pesca terão direito a seguro-desemprego durante o período em que é proibida a atividade pesqueira.

### COMISSÕES

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável a projeto que cria o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), afirmou na ocasião que apenas 5% dos homens no Brasil fazem o exame de prevenção desse tipo de câncer.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) aprovou substitutivo do senador Sebastião Rocha a projeto do senador Luiz Este-

vão (PMDB-DF) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar cirurgias para redução de estômago (gastrectomia parcial) em pessoas que sofrem de obesidade mórbida.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que cria normas e exigências para a venda dos produtos substitutos do leite materno.

E a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto autorizando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a contratar empréstimo de 37,5 milhões de marcos alemães junto a um banco dinamarquês.

# Lei de Responsabilidade Fiscal é sancionada com vetos por FHC

Aprovado pelo Senado Federal no último dia 11, o texto institui um novo regime de gastos públicos e de controle do endividamento federal, estadual e municipal

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aprovada em 11 de abril pelo Senado, a lei foi sancionada com 15 vetos, que, segundo a Presidência da República, não desfiguram a essência da proposta. Alguns problemas no texto foram detectados durante as discussões nas comissões e no Plenário do Senado. No entanto, para evitar que o projeto retornasse à Câmara, o que atrasaria a sua entrada em vigor, os senadores o aprovaram sem emendas, com o compromisso do Executivo de vetar alguns dispositivos.

Um dos vetos do presidente suprime integralmente o artigo 41, que dava margem para os governos federal, estaduais e municipais incluírem nos seus orçamentos restos a pa-



O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei com 15 vetos, que, segundo a sua assessoria, não alteram a essência da proposta

gar do ano anterior sem a existência real dos recursos em caixa. Os demais vetos restringem-se a detalhes de redação e acertos formais da legislação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal institui um regime disciplinar para os gastos públicos, com mecanismos de controle do endividamento e da despesa, além de normas coercitivas e de correção de desvios na administração pública. A nova lei prevê a fixação e o cumprimento de metas na administração, assim como a exigência de demonstrativos contábeis da realidade fiscal. Com esse texto, os limites e metas fixados pela gestão pública deverão ser fielmente retratados na lei de diretrizes orçamentárias, no plano plurianual e na lei orçamentária anual, que servirão como pontos de referência para a administração e seu respectivo controle e avaliação.



Mauro lamentou a meta de construir apenas 12,7 mil unidades habitacionais em 2001

## Mauro: LDO falha ao não priorizar setor habitacional

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2001. Na opinião dele, o projeto não enfrenta as necessidades impostas pelo grande déficit habitacional brasileiro. Segundo o senador, foi prevista a construção de 12.708 unidades habitacionais, enquanto há uma carência de 5,2 milhões de residências. Ele alertou para o risco de o país investir no setor uma soma de recursos igual ao total investido cinco anos atrás.

— No momento em que a sociedade se volta para as ações governamentais que têm como objetivo a redução do déficit habitacional, em obediência ao dispositivo constitucional que inclui a moradia entre os direitos sociais, não é aceitável que se trabalhe com um volume de recursos iguais aos utilizados há cinco anos — afirmou.

Mauro enviou ofício ao presidente da República solicitando que o ano 2001 seja o “Ano da Habitação” no Brasil. Para o senador, o problema das 26 milhões de pessoas desabrigadas no Brasil é “vergonhoso” e o governo e a sociedade devem se esforçar para resolvê-lo.

Dos 5,2 milhões de novas habitações necessárias, disse o senador, 94% são para as famílias com renda de até cinco salários mínimos. Mas ele alerta que a oferta de moradias tem desprezado a demanda dessa camada da população, já que os recursos destinados à habitação estariam sendo usados para cobrir uma dívida que beneficiou “exclusivamente” as classes mais favorecidas.

— Os investimentos governamentais destinados à habitação no Brasil não priorizam a erradicação do déficit habitacional, definido como direito social a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 26, de 2000 — finalizou.

## Romero Jucá prega equilíbrio nas tarifas de energia elétrica

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou-se favorável a um equilíbrio no sistema tarifário do setor elétrico, de modo que se possa atender às necessidades do consumidor e ao mesmo tempo garantir a qualidade do serviço. O tema foi analisado por técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em seminário sobre tarifas e qualidade de serviço, realizado em outubro passado, em São Paulo.

— Tarifa e qualidade de serviço estão muito vinculadas. É evidente que crescentes segmentos de consumidores passarão a exigir mais qualidade, isto é, confiabilidade, e estarão dispostos a pagar por isso — disse o senador.

Segundo Jucá, o crescimento do consumo de energia elétrica no Brasil tem sido, nas últimas três décadas, superior às taxas de crescimento do PIB. “É preciso que a Aneel obtenha um equilíbrio, com tarifas razoáveis, mas que assegurem para o futuro a indispensável quantidade e exigida qualidade.”

Na avaliação do senador, o setor energético vem passando por uma fase de transição, a partir da venda das empresas estatais. São exemplos de mudanças, conforme Romero Jucá, os novos empreendimentos no setor e a maior participação do gás natural na matriz energética brasileira.



Segundo Romero Jucá, os consumidores se dispõem a pagar mais desde que tenham mais qualidade e confiabilidade



Hoje, o senador Romeu Tuma autografará a obra *Segurança e Cidadania*, enquanto...



...Pedro Piva vai autografar, amanhã, o livro *Síntese das Atividades Parlamentares*

## Tuma e Piva autografam livros no estande do Senado na Bienal de SP

Duas sessões de autógrafos, marcadas para hoje e amanhã, complementam a programação do estande do Senado na 16ª Bienal Internacional do Livro, que se realiza em São Paulo. A bienal será encerrada domingo, após dez dias de intensa atividade cultural e de grande presença de público.

Às 19h de hoje, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) autografará a obra *Segurança e Cidadania*. O livro, que tem dois volumes, descreve sua atuação parlamentar no período de 1995 a 1999.

Amanhã, às 18h, outro senador

por São Paulo, Pedro Piva (PSDB-SP), autografará sua *Síntese das Atividades Parlamentares*.

Colocando cerca de 100 títulos à venda a preço de custo, o estande do Senado tem registrado movimento expressivo durante a bienal, e sua programação já incluiu o lançamento do livro *Efeito Vinculante*, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), e a sessão de autógrafos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) com o livro *Conferência Internacional: renda mínima, discussões e experiências*.

# Simon critica postura do governo em relação ao MST

Senador se diz “angustiado” porque alguns parecem desejar manutenção da desordem, para repetir clima que antecedeu movimento de 1964

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem, da tribuna do Plenário, que tem ficado angustiado com as manchetes relatando a intenção do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de dar “um basta” à desordem que ocorre hoje no país. Para o senador, algumas pessoas, inclusive representantes do governo, parecem desejar a manutenção da desordem para criar clima semelhante ao que precedeu o regime militar de 1964.



Simon lamentou que o Planalto esteja transferindo para os governos estaduais o problema dos conflitos com os sem-terra

Durante a discussão do primeiro item da Ordem do Dia de ontem, Pedro Simon afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está extrapolando com a intensificação de suas ações, principalmente através da estratégia de ocupação de prédios públicos em vários estados.

Pedro Simon disse lamentar, porém, que o governo federal esteja transferindo o problema dos sem-terra para os governos estaduais, que devem apenas cumprir decisões judiciais de reintegração de posse, segundo afirmou.

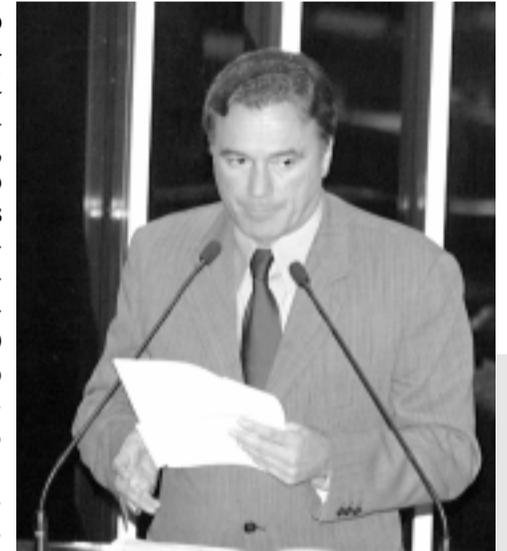
# Álvaro teme prejuízos com greve nas estradas

O prolongamento da greve dos caminhoneiros poderá causar sérios danos à economia brasileira, principalmente pelo risco de que o país sofra desabastecimento, advertiu ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O senador cobrou do governo ações enérgicas para pôr fim ao movimento.

Para Álvaro, a greve dos caminhoneiros é o resultado de um modelo errado de privatização das rodovias brasileiras, que tornou as tarifas dos pedágios muito altas e criou um número excessivo de postos de cobrança nas principais estradas federais.

O senador acha também que a greve se prolonga demais devido à completa desarticulação e à divisão das lideranças dos caminhoneiros. A ausência de uma unidade sindical, para ele, faz com que o governo não tenha um interlocutor oficial para negociar.

Mas a falta de unidade, garantiu o senador, é de responsabilidade do próprio governo federal. É que o Ministério do Trabalho ainda não concedeu o registro sindical da Federa-



Álvaro disse que falta de diálogo é resultado da omissão do ministro do Trabalho, que não reconheceu entidade dos caminhoneiros

ção Nacional dos Caminhoneiros (Fenacam), apesar de não haver no processo qualquer impedimento técnico, normativo ou legal:

– O registro não é concedido por causa da omissão do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles – acusou Álvaro Dias, mostrando um documento que lhe foi encaminhado pela Federação Nacional dos Caminhoneiros.

A entidade denuncia que a Fenacam não é oficializada “porque o ministro tem vínculos políticos com os líderes do Movimento União Brasil Caminhoneiro, comandado por Nélio Botelho, que é contrário ao registro”.

# Suplicy pede ato de boa vontade do presidente em relação aos sem-terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos ministros Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário), José Gregori (Justiça), Pedro Malan (Fazenda) e Pedro Parente (Casa Civil) para que tenham um ato de boa vontade e negociem com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um modelo de reforma agrária que possa resolver o problema da questão fundiária do Brasil.

Em seu discurso no Plenário, Eduardo Suplicy disse ainda que, nas ocasiões em que conversou com integrantes do MST, sempre tem pedido que seja adotada a política da não-violência, de acordo com os ensinamentos do líder negro norte-americano Martin Luther King e do articulador da independência da Índia, Mahatma Gandhi.

O senador paulista acrescentou ser importante que, nos momentos de conflito, as autoridades responsáveis pela segurança não insuflam as polícias Militar e Civil a utilizar métodos violentos contra os trabalhadores rurais:

– Não pode se repetir o que houve no Paraná, quando os



Suplicy disse que tem pedido aos integrantes do MST que adotem a política da não-violência

meios de comunicação mostraram para o país inteiro a polícia atirando nos trabalhadores rurais com armas de gás lacrimogêneo, revólveres com balas de borracha e até armas de fogo que acabaram atingindo e matando o líder do assentamento de Ilhéus (PR), Antônio Tavares Pereira. Espero que o presidente, ao conhecer melhor as circunstâncias da morte, tenha uma atitude de maior sensibilidade – disse Suplicy.

Lamentando o confronto ocor-

rado no Paraná, Suplicy solicitou ao Ministério Público que se pronuncie sobre a operação policial contra os sem-terra naquele estado. Baseado em depoimentos que ouviu na quarta-feira passada em Curitiba, o senador disse que a polícia usou armas de fogo contra manifestantes desarmados. Ele comunicou que pediu formalmente ao presidente Fernando Henrique e ao governador do Paraná, Jaime Lerner, que recebam a viúva do trabalhador assassinado na operação.

## Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

# Cândido quer jornada menor para gerar empregos

Senador lembra que a proposta de redução para 40 horas semanais reuniu a CUT e a Força Sindical. Centrais de trabalhadores acreditam que 1,7 milhão de novas vagas poderiam ser geradas com a medida

Em homenagem ao 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalho, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que, após mais de um século de lutas, a redução da jornada de trabalho continua na ordem do dia como uma das principais bandeiras do movimento sindical. A reivindicação de uma jornada de 40 horas semanais reuniu as duas maiores centrais sindicais brasileiras – a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical –, para as quais a redução da jornada geraria 1,7 milhão de novos empregos, relatou o senador.

A definição de um salário mínimo, acrescentou, é outra bandeira relacionada ao 1º de Maio. Para o senador, contrariamente ao que



Cândido é autor de projetos propondo jornada de 35 horas semanais e fixando salário mínimo em 1/20 do teto do funcionalismo (R\$ 11.500)

diz o governo, existiriam recursos orçamentários para aumentar o piso, caso as prioridades do Executivo não fossem a de “manter o bem-estar dos agiotas nacionais e internacionais” e a de privatizar a

Previdência Social.

Geraldo Cândido salientou que, em relação às duas questões, apresentou projetos de lei que tramitam na Casa. Um deles propõe uma jornada de trabalho de sete horas diárias e de 35 horas semanais. O outro fixa o valor do salário mínimo em 1/20 do teto salarial para os servidores públicos, equivalente a R\$ 11.500. “O mínimo valeria R\$ 575, coincidentemente um valor quase igual ao de 1940, se atualizado”, observou.

Na opinião do senador, o salário de R\$ 151 (cerca de US\$ 85 dólares) proposto pelo governo federal “é ridículo, imoral e desumano”, bastando compará-lo aos mínimos de outros países, inclusive alguns dotados de economias menores e menos dinâmicas que a brasileira: Estados Unidos, US\$ 1.060; França, US\$ 1.018; Espanha, US\$ 699; Argentina, US\$ 283; Uruguai, US\$ 239; Venezuela, US\$ 178; e México, US\$ 151.

## Valadares sugere que Justiça comum julgue policiais torturadores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que submete à Justiça comum os crimes de tortura praticados por oficiais e praças das polícias militares estaduais no exercício de funções de policiamento.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser examinado em decisão terminativa. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados sem necessidade de votação em Plenário – a menos que 10% dos senadores o requeiram.

Valadares explicou, na justificativa do projeto, que a tortura e os atos de crueldade praticados por policiais militares tornaram-se rotina. E o corporativismo tem impedido a apuração, o julgamento



Valadares: apuração dos muitos casos de tortura tem sido impedida pelo corporativismo

e a punição de quem comete crimes contra os direitos humanos, o que só pode ser corrigido se os criminosos forem submetidos à Justiça comum.

## Senadores homenageiam 50 anos da associação de fiscais da Previdência

Em nome de seu colega de bancada Bernardo Cabral (AM), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem o jubileu de ouro da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuição Previdenciária (Anfip), que comemorou 50 anos no último dia 22 de abril. A entidade congrega os fiscais da Previdência Social, que são os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social responsáveis pelo pagamento das contribuições previdenciárias. Tuma destacou a presença, em Plenário, do presidente do Conselho Executivo da entidade, Antonio Rodrigo de Souza Neto.

Submetido a uma cirurgia, Bernardo Cabral não pôde comparecer à homenagem que planejou para a entidade. Ao ler o discurso preparado por Cabral, Tuma recordou os antecedentes históricos da formação da Anfip. Segundo ele, a entidade é um modelo para as associações de trabalhadores no Brasil, país que precisa de mais experiência associativa:

– Ao longo de seus 50 anos de existência, a Anfip tem sido um paradigma de associativismo que deu certo – afirmou Tuma.

Vários senadores participaram



Na homenagem à Anfip, Tuma substituiu Bernardo Cabral, que se submeteu a uma cirurgia

da homenagem com apartes ao discurso de Romeu Tuma. Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que os fiscais enfrentam dificuldades com maus pagadores, ajudando os que estão na outra ponta, para que possam receber o conforto de sua aposentadoria.

José Fogaça (PMDB-RS) disse que os fiscais da Previdência devem estar cercados “de todas as garantias e das melhores condições de trabalho, porque, entre tantas carreiras exclusivas e típicas de Estado, esta está no cerne, no coração da própria função pública”.

Já Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que “a associação representa os que têm de fiscalizar, os que usufruem dos benefícios e os que ainda vão usufruir para ter uma vida digna”.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) ressaltou que a experiência dos fiscais tem de ser aproveitada pelo governo, porque eles acompanharam também alguns desacertos da Previdência. Tuma acrescentou que, quando comandava a Polícia Federal, sempre contou com o apoio dos fiscais da Previdência nas investigações.

Para Geraldo Cândido (PT-RJ), se hoje a Previdência Social tem problemas financeiros não é por culpa dos fiscais. Para ele, a Anfip é uma associação “digna de respeito”. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que, apesar dos esforços dos fiscais, os recursos previdenciários foram, muitas vezes, desviados para outras finalidades.

Ao encerrar seu pronunciamento em Plenário, Romeu Tuma elogiou ainda o deputado Paulo Paim (PT-RS), presente à sessão, por sua luta por um salário mínimo mais justo para os trabalhadores brasileiros.

## Amir Lando propõe criação de escola técnica federal em Porto Velho

A Comissão de Educação vai analisar em caráter terminativo projeto do senador Amir Lando (PMDB-RO) que cria uma escola técnica federal em Porto Velho (RO), com cursos de nível médio profissionalizantes para formação de técnicos no setor agroindustrial. Ele explicou que Rondônia é carente deste tipo de profissional.

Segundo Amir Lando, um obstáculo ao crescimento econômico da região Norte é a carência de mão-de-obra especializada. E a principal causa do problema é a ausência de educação básica somada a ensino técnico:

– A formação profissional, aliada a uma educação geral consistente, tem sido considerada uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Nenhum país conseguiu níveis adequados de desenvolvimento e uma qualidade de vida satisfatória para seu povo sem investimentos ma-



Lando: falta de mão-de-obra especializada é obstáculo ao desenvolvimento da região Norte

ciços em educação – disse.

O projeto determina ainda que os recursos para a instalação da escola técnica deverão ser incluídos previamente no Orçamento Geral da União. Além disso, o preenchimento dos cargos e funções para o funcionamento da escola será feito por indicação exclusiva do presidente da República.

## Turíbio Santos está entre as atrações da TV Senado neste fim de semana

A TV Senado apresenta amanhã e domingo, às 14h30, show com o vilonista maranhense Turíbio Santos. O Concerto de Aranjuez, com a participação da Orquestra Sinfônica Ópera Brasil, foi gravado no Theatro Arthur Azevedo, em São Luís do Maranhão. Considerado pela crítica e especialistas como um dos maiores violonistas clássicos da atualidade, Turíbio Santos se apresentou em vários países. Já dividiu o palco com grandes celebridades musicais, e é responsável pela criação da Orquestra de Violão do Rio de Janeiro e da Orquestra Brasileira

de Violões, também do Rio de Janeiro. O programa *Espaço Cultural* continuará apresentando a série sobre *blues* e *jazz*, gravada pela TV Senado no Gate's Pub, em Brasília. O último show da série apresenta o gaitista Nuno Mindellis e banda. O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 14h30. Também no sábado e no domingo, às 11h e 23h, será apresentada entrevista do jornalista Beto Almeida com o secretário-geral do World Wildlife Fundacion (WWF), Garo Batmanian, e o assessor jurídico do Instituto Sócio-Ambiental, André Lima. Eles falam sobre o Código Florestal.

## Freire defende estágio obrigatório para médico

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defende, em entrevista à TV Senado, projeto de sua autoria que cria estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e para o exercício profissional da medicina. A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30 e 20h30.

Pelo projeto, o aluno de medicina será obrigado a prestar

serviços em municípios do interior em substituição ao serviço militar obrigatório, na forma de estágio remunerado.

O senador critica o modelo de saúde hoje vigente, que, segundo ele, é marcado por privilégios e regido pela lei de mercado. "É um problema de concepção. É necessário pensar na socialização da medicina e da saúde pública no país."

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*  
1h — *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Projeto Genoma — 1ª parte  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Belém  
3h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do País  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Projeto Genoma — 1ª parte  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Uma TV Cheia de histórias - Campos  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
5h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Unip*: Projeto Genoma — 1ª parte  
6h30 — *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
6h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Uma TV Cheia de histórias — Campos  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após: Comissão mista que analisa os bingos (gravada)  
13h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e o deputado Zulaiê Cobra falam sobre o Nepotismo  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre a redução da jornada de trabalho  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
19h30 — *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
20h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta Marcada*: Tuberculose  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Show "Coletânea 2" com Paulinho Pedra Azul  
23h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
0h — *Cores do Brasil*: Turismo em Campina Grande

#### AMANHÃ

1h — *Debate*: Senador Roberto Freire e o deputado Zulaiê Cobra falam sobre o Nepotismo  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Projeto Genoma — 2ª parte  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
3h30 — *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Projeto Genoma — 2ª parte  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — 500 Anos — Brasil um Novo mundo na TV: A conquista da terra e da gente  
5h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
6h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Cores do Brasil*: Folclore e lençóis maranhenses  
6h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Entre a Fé e a espada  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema — 2ª parte  
9h55 — *Senado em Pauta*  
9h30 — *Consulta Marcada*: Tuberculose  
10h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Código Florestal  
11h55 — *Senado em Pauta*  
12h00 — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre crime fiscal  
13h — *Cores do Brasil* — Folclore Goiano 3  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles  
14h30 — *Espaço Cultural*: Show de Nuno Mindellis  
15h25 — *Senado em Pauta*  
15h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
16h — *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido fala sobre a redução da jornada de trabalho  
16h30 — *Redescobindo*: Mário da Andrade  
16h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
18h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil — Colônia na TV

— Pobreza das Minas  
18h30 — *Especial*: Concerto para violino e orquestra em Ré Maior de Peter Tchaikovsky  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema — 2ª parte  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
20h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país  
20h55 — *Senado em Pauta*  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Show "Concerto de Aranjuez", com Turíbio Santos  
22h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Código Florestal  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Espaço Cultural*: Show de Nuno Mindellis

#### DOMINGO

1h — *Cidadania*: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
2h — *Unip*: Projeto Genoma — 2ª parte  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
3h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Freire fala sobre a falta de médicos no interior do país  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Projeto Genoma — 2ª parte  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil — Colônia na TV — Pobreza das Minas  
5h30 — *Monumentos de Brasília*: Praça dos Três Poderes  
6h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
6h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e o Deputado Zulaiê Cobra falam sobre o Nepotismo  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Geraldo Cândido fala sobre a redução da jornada de trabalho  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil — Colônia na TV — Pobreza das Minas  
9h — *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema — 2ª parte  
9h30 — *Consulta Marcada*: Tuberculose  
10h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Código Florestal  
12h00 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas

12h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em lençóis maranhenses  
13h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e o Deputado Zulaiê Cobra falam sobre o Nepotismo  
14h25 — *Senado em Pauta*  
14h30 — *Espaço Cultural*: Show de Nuno Mindellis  
15h25 — *Senado em Pauta*  
15h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
16h — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre crime fiscal  
16h30 — *Redescobindo*: Mário da Andrade  
16h55 — *Senado em Pauta*  
17h — *Revista Brasília*  
17h55 — *Senado em Pauta*  
18h — *TV Escola* — Uma TV Cheia de histórias - Campos  
18h30 — *Especial*: Concerto para violino e orquestra em ré maior de Peter Tchaikovsky  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *ABD no Ar*: Comissão Nacional de Cinema — 2ª parte  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Francisco Dornelles  
20h30 — *Entrevista*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre a reprodução assistida  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Show "Concerto de

Aranjuez", com Turíbio Santos  
22h30 — *Especial*: Seletas Gilbertianas  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Código Florestal  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — *Revista Brasília*  
ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Valadares defende orçamento vinculado para saúde

Na opinião do senador, somente a garantia de um mínimo de recursos para o setor permitirá enfrentar a atual carência de verbas e superar “a situação caótica em que se encontram os hospitais públicos do país”

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem a destinação de verbas seguras e definidas para o setor de saúde, para combater “a situação caótica em que se encontram hospitais públicos em vários estados e municípios do país, em função da falta de recursos”. Ele observou que há praticamente consenso no Congresso quanto à necessidade de o setor receber verbas vinculadas, como já acontece com a área de educação.

– A maior parte dos estados e municípios não paga seus débitos com esses hospitais, que acabam dependendo de recursos orçamentários ou de convênios assinados com o governo federal. É o



Cenas de doentes esperando atendimento e de equipes de saúde esgotadas pelo cansaço se repetem pelo país, afirmou Valadares

caso do Hospital da Cirurgia, em Sergipe. Depois de 73 anos de bons serviços, ele enfrenta severa crise de inadimplência, não tendo ainda conseguido pagar o 13º salário de seus funcionários, que agora ameaçam entrar em greve – disse o senador.

Para Valadares, é um absurdo que isso aconteça com um hospital que é referência para todo o Nordeste, principalmente nas especialidades de cardiologia e cirurgia cardiovascular. Em 1999, o hospital atendeu 53.694 pessoas na emergência, 35.196 pacientes

no ambulatório e realizou 6.262 cirurgias. Apesar dessa estrutura e importância, corre o risco de fechar as portas, alertou.

Valadares relatou sua visita ao Hospital João Alves, em Aracaju, que enfrenta crise semelhante.

– Fiquei horrorizado com a situação caótica em que o hospital se encontra. Dezenas de doentes esperavam atendimento em macas colocadas nos corredores, enquanto uma equipe médica estafada não conseguia atender todos os casos. É urgente socorrer as unidades do Sistema Único de Saúde, porque as camadas mais carentes da população não dispõem de outra opção de atendimento – afirmou.



Lobão ressaltou a importância dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*

## Lobão registra aniversário de jornais maranhenses

O senador Edison Lobão (PFL-MA) saudou o aniversário de fundação dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, comemorados em 1º de maio. Lobão ressaltou a importância dos dois veículos no dia-a-dia da sociedade maranhense.

*O Estado do Maranhão* completou 41 anos de existência e teve José Sarney e Bandeira Tribuzzi como seus fundadores. Sarney e Tribuzzi foram lembrados por Lobão pela “audácia de enfrentar as enormes dificuldades de um ambiente político conturbado para fundar um jornal corajoso que seria um instrumento de luta na defesa das boas causas do estado”. O diário, que integra um dos maiores conglomerados de comunicação do Nordeste, na avaliação do senador, “honra as tradições culturais do Maranhão e insere-se no rol dos jornais respeitáveis do Brasil”.

Já *O Imparcial* surgiu em 1922, idealizado por João Ferreira Pires, que, segundo o senador, “teve a coragem de enfrentar o império do coronelismo rural e da violência política”. O veículo mantém a mesma linha editorial desde a sua fundação. “Isso até hoje se constitui no principal motivo de sua credibilidade junto à opinião pública do Nordeste”, afirmou Edison Lobão.

## Para José Fogaça, fila dos precatórios sacrifica cidadãos

O senador José Fogaça (PMDB-RS) divulgou ontem a *Carta de Porto Alegre*, documento extraído de um seminário nacional que analisou a questão dos precatórios sob a perspectiva dos direitos do cidadão.

Organizado pelo Instituto de Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o seminário contou com a participação do senador, que foi um dos palestrantes.

Para José Fogaça, o estado não tem respeitado os direitos do cidadão, ao protelar o pagamento de indenizações devidas às pessoas que são removidas de suas casas para que se realizem obras, como rodovias.

– Milhões de cidadãos de pouco poder aquisitivo têm suas casas desapropriadas pelo governo, e têm que enfrentar a longa, penosa e sacrificante fila dos precatórios, esperando ainda o término de processos judiciais, que demoram anos – afirmou o senador gaúcho.

De acordo com o senador José Fogaça, foi consenso entre os juristas presentes ao seminário que as propostas de emenda constitucional aprovadas pelo Senado Federal são desfavoráveis aos credores da Fazenda Pública, incluídos aí os que aguardam indenizações por desapropriações efetuadas pelo Estado.

Assinada pelo presidente do IARGS, José Francelino de Araújo, e pelo diretor da Faculdade de Direito da UFRGS, Eduardo Kroeff Machado Carrion, a carta condena o critério de pagamento de indenizações, que pode ser feito em até dez anos, acrescidos apenas de juros legais. Para os juristas, o prazo concedido aos governos para as indenizações desrespeita a Constituição federal e afeta a credibilidade das decisões judiciais.

Assinada pelo presidente do IARGS, José Francelino de Araújo, e pelo diretor da Faculdade de Direito da UFRGS, Eduardo Kroeff Machado Carrion, a carta condena o critério de pagamento de indenizações, que pode ser feito em até dez anos, acrescidos apenas de juros legais. Para os juristas, o prazo concedido aos governos para as indenizações desrespeita a Constituição federal e afeta a credibilidade das decisões judiciais.



Fogaça divulgou a *Carta de Porto Alegre*, segundo a qual a demora para pagar precatórios afeta a credibilidade das decisões judiciais

Segundo Osmar, usar “o saber sociológico” para apontar formas de “melhorar a sociedade” foi uma das marcas de Florestan



## Osmar Dias destaca homenagem ao ex-deputado Florestan Fernandes

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), destacou as razões da homenagem feita a Florestan Fernandes na última quarta-feira, quando foi inaugurada a galeria com os retratos dos senadores que ocuparam a presidência da CAS. A sala da comissão recebeu o nome de Florestan Fernandes, sociólogo, intelectual e político morto em 1995. Criador de uma das principais escolas de análise da sociedade brasileira, ele formou estudiosos como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Osmar destacou aspectos importantes da vida do sociólogo, que nasceu em 1920, em São Paulo, cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e teve como mestres Claude Lévi-Strauss, Herbert Baldus e Roger Bastide. Florestan foi militante clandestino do Partido Social Revolucionário (PSR), em 1943. No mesmo ano, começou a carreira de docente na Escola de Livre Sociologia e Política e tornou-se doutor, pela USP,

com a tese *A função social da guerra na sociedade tupinambá*.

– Florestan estabelecia um elo entre o saber sociológico e a forma como esse saber poderia ser utilizado para melhorar a sociedade, com a superação dos problemas nacionais – disse Osmar Dias, citando o crítico e escritor Antônio Cândido.

Osmar lembrou que Florestan foi convidado por Fernando Henrique para participar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Recusou, “por não querer viver com dinheiro de fundações estrangeiras”. Aceitando o convite de Luiz Inácio Lula da Silva, candidatou-se – com êxito – a deputado federal pelo PT em 1986, reelegendo-se em 1990.

Florestan foi o primeiro brasileiro a receber o título de *doutor honoris causa* em sociologia da Universidade de Coimbra. Segundo Osmar, ele usava tanto o método funcionalista, sistematizado por Durkheim, como o compreensivo, formulado por Weber, e o dialético, desenvolvido por Karl Marx.